



Anais da Assembléia

Nº 43

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 25 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1991

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, César Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Puddell, Eurides Moura, João Preis, José Afonso Júnior, José Artur Ritti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rossoni e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Élio Rusch, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Nilton Cesar Servo, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur e Severino Félix (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

23 Senhores Deputados aprovam a Ata. Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 902

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações pela solenidade do I ENCONTRO JUDICIÁRIO-CRIMINALÍSTICO DO PARANÁ, a realizar-se no dia 26 de abril do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores:

- Dr. JOSÉ RICARDO FIEDLER, Presidente da Associação de Criminalística do Estado do Paraná - Rua Visconde de Guarapuava, 3698 - Aptº 61 - CEP: 80.230;

- Dr. LUIZ RENATO PEDROSO, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná - Centro Cívico - CEP: 80.530;

- Delegado JOSÉ MOACIR FAVETTI - Secretário de Estado da Segurança Pública - Rua Deputado Mário de Barros, 1290 - 4º andar - CEP: 80.530.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO Nº 900

Senhor Presidente.

O Deputado Alceu Swarowski que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER sejam tomadas providências com a devida urgência, pela Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, no sentido de que volte a funcionar o Posto Avançado de Fiscalização de Rendas Estaduais, na rua XV de Novembro em Rio Negro, divisa com Mafra-SC, bem como àquela Secretaria não extinga os Postos Avançados de Fragosos, Campina dos Maia, e da sede do município de Piên, divisa com Santa Catarina e a Agência de Rendas Estaduais da sede do município de Tijucas do Sul.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de se pretender aumentar a arrecadação tributária do Estado do Paraná e, consequentemente, dos municípios paranaenses, sobretudo no que tange ao IMPOSTO DE CIR-

CULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS-ICMS.

Justamente quando o atual Governo do Estado enceta campanha de conscientização do contribuinte para que exija a respectiva nota fiscal das mercadorias adquiridas, bem como as notas de origem, impõe-se uma maior fiscalização através do pessoal especializado da arrecadação de rendas estaduais.

Por consequência, a supressão do número de Postos Avançados e Agências de Rendas, nem por ser a título de enxugamento de despesas do Estado, redonda em flagrante contrasenso, eis que a Receita Estadual entra pelas portas do Governo e sai pelas janelas. Ademais, em Piên, por exemplo, nos três Postos arrecadadores, só há três funcionários para aquelas atividades, um para cada Posto, embora seja divisa com outro Estado da Federação. A economia, portanto, com sua manutenção é mais do que evidente.

Quanto à Agência de Rendas de Tijucas do Sul, é imperiosa também a sua manutenção, não só pelo aspecto de divisa com Santa Catarina, como outrossim, lá não existe agência do Banco do Estado do Paraná; logo, o contribuinte terá que recolher todas as taxas em outro município, em São José dos Pinhais.

Certo da sensibilidade desta Secretaria da Fazenda, acreditamos que Vossa Excelência não permitirá a extinção daqueles Postos Avançados, bem como reverá a injustificada, data vênia, extinção do Posto de Arrecadação da Rua XV de Novembro em Rio Negro, com indizíveis prejuízos para os cofres estaduais e municipais.

REQUERIMENTO N° 890

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação ao ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que se procedam estudos para viabilizar a instalação de uma agência do BANESTADO, no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A população de Sarandi é estimada hoje, em aproximadamente 80.000 habitantes, contando o município com um número razoável de indústrias e comércio em geral, e apesar do crescimento que vem apresentando em todos os setores, conta atualmente com apenas duas agências bancárias, as quais são insuficientes para atender a contento a comunidade, que pelo seu crescimento, pela sua economia, pela força de trabalho de seu povo, merece muito mais que a presente reivindicação.

Curitiba, quinta, em 25.04.91

REQUERIMENTO N° 891

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Direção da Companhia da Habitação do Paraná - COHAPAR, objetivando esforços para a conclusão da edificação das casas populares no Parque Itaipu, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

As populações denominadas de "baixa renda", classificação que atinge quase que a maioria dos trabalhadores, carece de condições mínimas para adquirir a tão sonhada casa própria, razão pela qual urge a iniciativa de agilizar o término da citada construção, no intuito de minimizar o déficit habitacional desta região que, apesar de pujante, não escapa a esse problema crônico no Brasil.

As obras de construção das casas foram interrompidas há mais de dois anos, e devem ser reiniciadas no menor prazo de tempo possível, para se evitar o risco de ver perecer todo o investimento já feito, em total prejuízo para os cofres públicos e para com os concidadãos interessados.

Justa pois, a presente reivindicação, pelo que esperamos a aprovação dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 892

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio Lageado, com vão de 15 metros, sita na localidade de Faxinal de Catanduvas, município de Cândido de Abreu.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 899

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, a inclusão na Ordem do Dia, de envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, na pessoa do Professor Elias Abraão e à Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, na pessoa da Professora Suely Seixas, pedindo entendimentos entre as duas repartições - prestadoras de serviços de bem comum - no sentido de:

1. Cessão pela Prefeitura de Curitiba ao Estado do Paraná, da Escola Municipal "Júlia Amaral Di Lenna", para implantação de 2° grau noturno, conforme imenso abaixo-assinado, encaminhado a este Poder Legislativo, que o solicita, argumentando a

necessidade de ser dado uso a 21 salas de aula ociosas à noite, e que podem servir 1300 famílias do bairro.

2. Implantação de CURSO SUPLETIVO noturno na Escola Estadual "Izabel de Souza", próximo ao Terminal do Pinheirinho, e na Escola Municipal "Colombo", à rua Isaac Ferreira da Cruz, para enfrentar carências de populações trabalhadoras, que precisam melhorar a condição intelectual, freqüentando a escola pública.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Este requerimento tem a reta intenção de propor ação comum entre as duas Secretarias - a Municipal e a Estadual - para, "despindo o processo administrativo de ranço de rivalidades eleitorais", promover o efetivo bem comum do nosso povo, que é quem paga os impostos, e também a quem devemos - enquanto investidos de função pública - todos os esforços no sentido de resgate da pesada dívida histórica deste País, dívida esta toda ela de ignorância e omissão.

REQUERIMENTO N° 907

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abraão, digníssimo Secretário de Estado da Educação - SEED, no sentido de que seja viabilizada a construção de duas salas de aula no "Colégio Estadual Tiradentes" - EPSG, no distrito de Cafezal, no município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Vereador Antônio Vicente do Carmo; ao Vereador Moisés Mendes Sanches; ao Presidente da Câmara de Iporã, Vereador José Firmino de Souza e ao Prefeito de Iporã, Senhor Otoniel Ferreira.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando não dispor o "Colégio Estadual Tiradentes", em Cafezal, de condições físicas para abrigar o elevado número de alunos ali existentes, e considerando que tal deficiência está já a prejudicar o andamento regular e normal daquele estabelecimento de ensino; sugerimos à SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, que venha a construir, com urgência, mais duas salas de aula, bem como mais uma sala para a Administração.

REQUERIMENTO N° 908

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Senhor ANTONIO LEOPOLDINO, digníssimo Assessor da Presidência da República - Assuntos Municipais, no sentido de que seja viabilizada a inclusão do município de Mariluz, no Programa de Distribuição de Material Escolar para alunos carentes.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor Prefeito Municipal, LUIZ LUCACIN, e ao Senhor Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município de Mariluz apresenta uma grande demanda de crianças que freqüentam os bancos escolares, e que pelas precárias condições financeiras das famílias, sentem dificuldades para obterem bom aproveitamento no rendimento escolar, pois, carecem de bons livros, cadernos, lápis, e inclusive alimentação, através da merenda. As matrículas registradas no ano de 1991, nos 15 (quinze) estabelecimentos escolares, entre rede municipal, estadual e rural de ensino, no município, são de 550 alunos.

O Programa de Distribuição de Materiais Escolares pela FAE ou diretamente pelo MEC, ao município, significa uma grande perspectiva de abrandar esses fenômenos maléficos da má formação intelectual das crianças paranaenses.

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor ALCENI GUERRA, Mui Digno Ministro de Estado da Saúde, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Mariluz, nos Programas "Kit Criança" e "Farmácia Básica".

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Senhor LUIZ LUCACIN, Digníssimo Prefeito Municipal e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A população de Mariluz, é constituída em sua maioria por famílias vivendo de sub-empregos ou bóias-frias, que moram em casebres na zona urbana, que dirigem-se diariamente à zona rural, e não possuindo contrato regular de trabalho, exigindo, portanto, toda a assistência do município, no que diz respeito à saúde, moradia e até mesmo alimentação.

Todas essas necessidades são atendidas com precariedade, devido a extrema miseria-bilidade dos recursos públicos.

O objetivo de tais Programas, é o de assegurar ao menos um direito elementar da Constituição Federal, ou seja, o direito à Saúde.

REQUERIMENTO N° 910

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente oficial ao Secretário de Estado da Educação, Excelentíssimo Senhor Professor Elias Abrahão, no sentido de que seja viabilizado a doação de aparelhos de microscópios para estabelecimentos de ensino do município de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Vereador Moisés Mendes Sanches, à Vereadora Zilda Vicente Pereira, e ao Prefeito Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando encontrar-se os laboratórios de Ciências, das escolas de Iporã, sem condições de poder proporcionar à seus alunos, meios para um estudo eficiente em respectivas áreas por falta de equipamentos vários e indispensáveis, entre os quais exemplificamos o microscópio. O referido aparelho irá em muito contribuir com a melhoria do ensino no município.

REQUERIMENTO N° 911

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial ao Senhor Stênio Salles Jacob, mui digno Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, no sentido de que seja viabilizado a construção de rede de captação de esgoto na cidade de Iporã.

Do aprovado, requer ainda, comunicação ao Vereador Moisés Mendes Sanches, à Vereadora Zilda Vicente Pereira, e ao Prefeito Municipal, Senhor Otoniel Ferreira.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando ser Iporã uma cidade de porte médio de elevada densidade populacional, que não apresenta ainda uma rede de captação de esgotos, fato que vem causando à sua população uma série de problemas de toda a ordem, vez que numerosas, inadequadas e inseguras são as fossas negras existentes na cidade, que além de em certas condições climáticas adversas exalarem mau cheiro, ainda representam perigo de desabamento e principalmente de ligação com lençol freático, poluindo poços d'água e pequenos cursos pluviais, o que coloca em risco sério a saúde de nossa gente.

Curitiba, quinta, em 25.04.91

REQUERIMENTO N° 912

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor MOACIR FAVETTI, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando uma viatura policial para a Delegacia de Polícia do município de Pranchita, para atendimento de sua população. Solicitação esta, atendendo pedido da Prefeitura Municipal daquela cidade, conforme fotocópia do ofício n° 093/91, em anexo.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Nelson Justus, Rossoni e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação objetiva a aquisição de uma viatura policial para o Município de Pranchita, pois há um ano a Delegacia do Município vem sendo atendida por veículos da Prefeitura Municipal ou de particulares. Não havendo disponibilidade, dos veículos em determinadas situações, acarretam assim, o não atendimento das ocorrências, gerando intranquilidade junto à população.

REQUERIMENTO N° 913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor MOACIR FAVETTI, Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando a criação de uma Companhia de Policiamento Militar e, aumento de efetivo no Município de Ubitatã, atendendo pedido da Prefeitura Municipal daquela cidade, conforme fotocópia do ofício n° 145/91, em anexo.

Solicita, ainda, desejado conhecimento do presente ao Senhor VALDIR D'ALÍCIO, Prefeito de Ubitatã.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Nelson Justus, Rossoni e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade, solicitar a criação de uma Companhia de Policiamento Militar para o Município de Ubitatã e o aumento do efetivo policial daquele Município. O referido localiza-se às margens da BR-369, entre Campo Mourão e Cascavel, onde freqüentemente tem ocorrido assaltos a ônibus, em especial de turismo. Com a criação da Companhia e maior efetivo policial, propiciará mais segurança e tranquilidade para a po-

pulação e turistas, com diminuição das ocorrências.

REQUERIMENTO N° 893

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de ser agilizada a implantação e o funcionamento do Colégio Agrícola do Noroeste localizado no município de Diamante do Norte, requeridos pela Fundação Universidade Estadual de Maringá, e pela Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR, conforme Parecer favorável em anexo, expedido pela Ex-Secretária de Estado da Educação Professora GILDA POLI ROCHA LOURES, e homologado pelo ex-Governador do Estado, Doutor Álvaro Fernandes Dias.

Requer também, o encaminhamento de cópias dos expedientes à Fundação Universidade Estadual de Maringá, à Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná - AMUNPAR, e a todas as Prefeituras e Câmaras Municipais dos Municípios que compõem a AMUNPAR.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVAS:

A abertura do Colégio Agrícola na região do município de Diamante do Norte vem completar antigas aspirações, não só regionais como também da Fundação Universidade Estadual de Maringá que, em sua filosofia preocupa-se em atender e servir as comunidades que estão dentro do campo de influência.

A região Noroeste do Paraná, onde será implantado o Colégio Agrícola, apresenta grande contribuição à produção agrícola e pecuária do Estado do Paraná, o que justifica por sua importância econômica, o preparo e a atualização das gerações futuras no exercício cada vez mais aprimorado de técnicas agrícolas. Por outro lado, estar-se-á contribuindo para a fixação na região do contingente jovem interessado em dar continuidade à produção agrícola que vem se desenvolvendo, evitando a tão prejudicial evasão do homem do campo para a cidade.

A abertura do Colégio Agrícola na região Noroeste do Paraná, se caracterizará como um foco de divulgação de novos conhecimentos e experimentos. A prática da Fazenda Escola atuará por certo como fator demonstrativo e de propagação de novos resultados.

O Colégio Agrícola virá oferecer uma nova opção para estudos, fora dos padrões normais existentes até então, diversificando a qualificação da mão-de-obra da região de influência.

HISTÓRICO

No início de 1987, a Companhia Energética de São Paulo - CESP começou a colocar em prática o programa de desativação do canteiro de obras da Represa de Rosana, localizada no rio Paranapanema.

Naquele mesmo ano, no mês de maio, o Prefeito de Diamante do Norte, Senhor Manoel Francisco de Queiroz enviou o Ofício n° 122/87, de 05 de maio do mesmo ano, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, sugerindo a doação das instalações do canteiro de obras da Represa de Rosana para estabelecimento de um Colégio Agrícola na região.

O referido Colégio viria servir o Noroeste do Paraná, única região do Estado que não tem um colégio desta natureza, bem como poderia servir à região do Pontal do Paranapanema, Sudoeste de São Paulo e Sudeste do Mato Grosso do Sul.

A sugestão foi acatada em princípio e foi feito um contato da administração da CESP com o Governo do Estado do Paraná. A Prefeitura de Diamante do Norte reconheceu que sozinha não poderia arcar com a responsabilidade e solicitou ajuda à Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Esta, por sua vez consultou a Fundação Universidade Estadual de Maringá, do interesse de realizar o projeto, organizar e dirigir o futuro Colégio Agrícola do Noroeste do Estado.

Em 04 de agosto de 1987, o Vice-Reitor da FUEM, Prof. Manoel Jacó Garcia Gimenes acompanhou o Prof. Leo Flach, Diretor do Departamento do 2° grau da SEED em visita a Diamante do Norte.

Verificaram então que o estabelecimento de um Colégio Agrícola no local era perfeitamente viável como também necessário, dadas as características da região e a situação em que se encontra.

Ficou acertado que a FUEM daria seu apoio ao empreendimento, iniciando imediatamente os contatos com a CESP e a montagem do projeto do Colégio Agrícola pretendido.

Em junho, a FUEM e a Prefeitura Municipal de Diamante do Norte dão o primeiro passo, celebrando um convênio de mútua cooperação.

Em 14 de agosto de 1987 o Magnífico Reitor da FUEM, Prof. Fernando do Ponte de Souza, juntamente com os membros do Conselho de Administração, alguns funcionários da administração e coordenadores de projetos, visitam as instalações do canteiro de obras da Represa de Rosana. Verificou-se então, que as instalações disponíveis poderiam abrigar um colégio e também poderia servir como Campus Avançado da FUEM.

Em 18 de novembro de 1987, em audiência com o Governador do Estado do Paraná,

representantes da FUEM e da Associação de Municípios do Noroeste do Paraná (AMUNPAR), entregaram o projeto do campus do qual faz parte o subprojeto do Colégio Agrícola e outros seis subprojetos de pesquisa e extensão.

Em 24 de novembro de 1987, representando a FUEM, o Prof. Luiz Carlos A. Neves - Gerente de Planos e Projetos da FUEM e o Administrador, Alfredo Lopes da Costa Moreira Neto, Gerente de Convênios, visitam a sede da CESP em São Paulo, para levar à direção daquela entidade a idéia de uma utilização maior das dependências a serem desativadas em Rosana. Os Senhores Drs. Marco Antônio Biasi, Cezar Gralha Lourenzo e Paulo de Tarso, acolheram a idéia e receberam os projetos, ficando então acertado o estabelecimento de um campus da FUEM no canteiro de obras da Represa de Rosana que incluiria como primeiro projeto o Colégio Agrícola do Noroeste.

Em 23 de dezembro de 1987, o Secretário Especial de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, Prof. Paulo Roberto Pereira de Souza, pelo Ofício nº 1132/87-GAB, comunica que o Governo do Estado do Paraná daria apoio ao projeto.

Em 19 de junho de 1988, em reunião da AMUNPAR, é decidido que cada município contribuiria com uma quantia para aquisição dos 30 alqueires de terra arável necessário à prática agrícola do Colégio. Igualmente as cooperativas da região se comprometeram a colaborar. Ficou constituído um grupo de trabalho composto pelo Vice-Reitor da FUEM, Prof. Manoel Jacó Garcia Gimenes; Deputado Estadual Eduardo Baggio; Senhor Manoel Francisco de Queiróz, Prefeito Municipal de Diamante do Norte; Senhor Arlindo Adelino Troian, Presidente da AMUNPAR; Senhor Olavo Mello Franco, Prefeito Municipal de Guairacá; Senhor Cláudio Domingos Soletti, Prefeito Municipal de Terra Rica e o Prof. Luiz Carlos A. Neves, Gerente de Planos e Projetos da Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM.

Em 22 de junho de 1988, o Governador Álvaro Dias, através do Ofício ATG 1.000/88, comunica ao Governador de São Paulo, Senhor Orestes Quércia, seu interesse em receber o canteiro de obras de Rosana.

Em 20 de outubro de 1988, a CESP envia à FUEM o Doutor Sérgio Pamplona que acerta com a direção da Universidade os termos do compromisso de intenções que deverá ser assinado entre CESP, FUEM e Governos de São Paulo e do Estado do Paraná.

Em 10 de fevereiro de 1989, o Magnífico Reitor de FUEM Prof. Fernando Ponte de Souza recebeu da Casa Civil do Palácio Iguaçu o Termo de intenções para ser assinado e devolvido e que foi posteriormente

Curitiba, quinta, em 25.04.91

assinado pelos representantes da CESP e pelos Governadores de São Paulo e Paraná.

Ficou assim concretizada a doação à FUEM de cinco alqueires de terra com 37.000 m2 de edificações diversas.

Em maio de 1989 a FUEM deu entrada na SEED ao processo de abertura do Colégio Agrícola.

A partir da assinatura do Protocolo de Intenções celebrado entre a CESP e a FUEM em 05 de junho de 1989, a Universidade iniciou suas primeiras atividades de extensão na região, quais sejam:

- seminário sobre o desenvolvimento da região, realizado em Primavera, São Paulo. Na ocasião foi discutido, entre as forças vivas da região, um plano de desenvolvimento regional, incluindo Pontal do Paranapanema e Noroeste do Paraná, envolvendo aproximadamente 30 municípios.

- Para efeito de convênio firmado com a CESP, um grupo de alunos formandos do Curso de Enfermagem da FUEM, realizaram estágio no Hospital de Primavera no Pontal do Paranapanema, e, na ocasião, ofereceram um curso preparatório para atendentes do hospital.

- Realização de um curso de treinamento para professores de 1º e 2º graus, da região, para detectar defeitos de audição e visão entre os alunos.

- Estágio da 2ª Turma de Enfermagem que atingiu atividades não só em Primavera, como nos municípios de Rosana e Euclides da Cunha.

- Apoio através de técnicos e alunos da Agronomia, ao "Programa da Cultura do Feijão", realizado pela prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio e levantamento do perfil dos produtores do assentamento da Gleba 15.

- Encontro sobre o desenvolvimento de Primavera a região Noroeste e decisão de investimento de agro-indústrias na região.

- Projeto de Pesquisa: Estudos sobre a citricultura, mandioca a aproveitamento de resíduos na alimentação de bovinos.

- Curso de treinamento de agrônomos sobre citricultura (100 h/a).

- Implantação do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Paraná (PRODEINOR).

- Curso de curtimento de peles e couros a nível de pequeno produtor.

- Organização do polo regional de matéria prima (couro e peles).

Em 12 de dezembro de 1990, foi doado, pela AMUNPAR, - Associação dos Municípios do Noroeste do Paraná, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento e Cooperativas, uma área com 30 alqueires de terras, para a implantação da Fazenda Escola.

SITUAÇÃO ATUAL

O Colégio Agrícola do Noroeste do Pa-

Curitiba, quinta, em 25.04.91

Paraná está devidamente criado pelo Governo do Estado do Paraná, através do Parecer da SEED de 28 de março de 1990 (cópia anexo).

O processo de estruturação legal e didático-pedagógico já está em tramitação na Secretaria de Estado da Educação.

O Estado do Paraná se comprometeu a assumir o custo com o pessoal necessário ao colégio.

Os professores passarão a fazer parte do quadro de docentes do 2º grau do Estado do Paraná, junto a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

O início das aulas do Colégio Agrícola do Noroeste depende de conclusão das reformas e construções mínimas necessárias na sede e na Fazenda Escola.

O Colégio Agrícola do Noroeste possui atualmente, e devidamente regulamentado, 35 alqueires de terra, sendo que cinco alqueires estão ocupados por pavilhões destinados à administração, oficinas, alojamentos, refeitório sala de aula, espaço para educação física e demais órgãos de apoio. Os Pavilhões perfazem um total de 37.000M² de área já construída, e esperam apenas os recursos para algumas adaptações.

Os 30 alqueires restantes, se destinam a prática agrícola. Nesta área será necessária a montagem da Fazenda Escola, que permitirá, com sua produção, tornar, a médio prazo, que o Colégio Agrícola fique pelo menos auto-sustentável.

O funcionamento definitivo do Colégio Agrícola do Noroeste depende no momento, dos recursos expressos no cronograma de desembolso apresentado no capítulo VII do projeto n° 005/91-CPR da FUEM.

Como a Universidade de Maringá não dispõe dos recursos necessários à implantação do Colégio Agrícola, torna-se necessário recorrer junto aos organismos oficiais, no intuito de obter apoio financeiro para que, possamos o mais breve possível colocar o Colégio Agrícola em funcionamento.

IMPORTÂNCIA DO COLÉGIO AGRÍCOLA PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

O Noroeste do Estado do Paraná, o Sudoeste de São Paulo e o Sudeste do Mato Grosso do Sul, possuem solos de formação frágil e na sua grande parte o solo é denominado Arenito Caiuá, de constituição arenosa de fácil degradação.

Nos últimos 30 anos, a derrubada das matas nativas e a introdução desordenada da atividade agropecuária, causaram uma completa destruição do meio ambiente, trazendo prejuízos que hoje limitam o desenvolvimento da região.

O objetivo mais importante do Colégio Agrícola, é preparar seus alunos para práticas agrícolas visando o manejo integrado

das atividades agropecuárias com a preservação do meio ambiente.

Faz parte da filosofia do Colégio Agrícola, dar aos alunos conhecimentos necessários para a preservação do meio ambiente em todas as disciplinas técnicas a fim de que possam saber a influência das atividades que estão executando no meio a que está sendo instalado.

Podemos citar alguns exemplos de práticas agrícolas tais como:

- Recuperação e conservação do solo;
- Produção de mudas de espécies nativas para reflorestamento da região, principalmente das áreas com grande declividade, olhos d'água e margens de lagos e rios;
- Recuperação da fauna terrestre e aquática;
- Estudos de bioclimatologia para melhor adaptação da atividade agropecuária a ser desenvolvida na região.

A Universidade Estadual de Maringá, através dos departamentos afins à área de meio ambiente, está montando vários projetos de pesquisa para dar sustentação ao desenvolvimento equilibrado da região contribuindo para a formação da mentalidade de respeito ao meio ambiente relacionado com as atividades do Colégio Agrícola, tais como:

- Monitoramento ecotoxicológico das águas da Represa Rosana;
- Levantamento florístico da reserva florestal no município de Diamante do Norte (reserva com 1.400ha);
- Levantamento ictiofaunístico e limnológico do rio Paranapanema à jusante e a montante da Usina de Rosana;
- Caracterização geoambiental dos rios Paraná e Paranapanema na região limite entre, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul;
- Impacto sócio-cultural da Represa e do campus na região;
- Montagem do núcleo de difusão técnico-cultural.

Com o ensinamento de práticas preservativas, promover-se-á o desenvolvimento agropecuário racional, visando a recuperação e a preservação do meio ambiente. O alcance deste objetivo será possível através da educação e formação dos técnicos que irão atuar nas lides agropecuárias da região.

Senhor Presidente e demais Membros que compõem este Poder Legislativo, como se pode ver, o interesse na criação do Colégio Agrícola do Noroeste não parte apenas de um pequeno grupo de pessoas, mas sim de toda a população comunitária dos municípios que compõem a AMUNPAR, e como se pode ver, estamos anexando ao presente Requerimento, cópias do Parecer emitido pela Secretaria de Educação e agrícolas pelo

Ex-Governador do Estado, do Paraná, bem como a Escritura Pública de Doação que entre si fizeram a Prefeitura Municipal de Diamante do Norte, o Estado do Paraná e a Fundação Universidade Estadual de Maringá - FUEM.

REQUERIMENTO N° 914

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvirem o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário Nacional dos Transportes, com o intuito do asfaltamento entre os municípios de IRATI e VENTANIA.

IRATI e VENTANIA, BR-153, o trecho de 170 quilômetros que separa aquelas cidades, é o único que falta a ser completado da conhecida Transbrasiliana, há muitos anos concebia para integrar diversos estados brasileiros. O Centro-Sul e os Campos Gerais, Regiões paralizadas por IRATI e PONTA GROSSA não podem mais prescindirem de tão importante e histórica ligação, a fim de escoar a sua produção agrícola, que muitas vezes perece em face das limitadas condições de tráfego, nem sempre possível para o transporte da riqueza de uma parte do Estado que, em momento algum, se negou a dar a sua contribuição ao progresso brasileiro. Ademais, é oportuno ressaltar que, no trecho de 29 quilômetros entre IRATI e IMBITUVA, a construção de obras de arte e a adequação do sólo se encontram prontas; por um lado atestando o reconhecimento da importância da mencionada ligação e em outro aspecto, caso não seja retomado o seu trabalho, corre-se o sério risco de perder o investimento feito, uma inadmissível situação para um País que não pode se dar ao luxo de desperdiçar recursos numa época de escassez.

Aguarda-se, com grande expectativa, a atenção necessária a esse Projeto, pois a sua laboriosa comunidade não pode mais conviver com uma injusta realidade, a punir a sua pujança.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(aa) TOTI COLAÇO;

DALTON MACHUCA;

DOMINGOS CARVALHO

e PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

Apoiamento: Colombino Grassano, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus, Heinz Herwig, Emília Belinati, Lourenço Fregonese, João Preis, Eurides Moura, Dirceu Manfrinato, Luiz Carlos Martins, Arlindo Troian, Ovídio Constantino, Nelson Garcia, Duílio Genari, Cleiton Kielse, Antônio Annibelli, Albino Corazza, Erondy Silvério, Costenaro Neto, Rossoni, Alceu Swarowski, Doutor Rosinha, Paulo Maia e Edson Silva Lino.

Curitiba, quinta, em 25.04.91

REQUERIMENTO N° 894

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente no Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando o funcionamento do Distrito Judiciário de Gonçalves Júnior, na Municipalidade de IRATI.

Consustanciado na deliberação do Poder Legislativo, em acatamento ao proposto pelo nobre Vereador DERCY BARBY, o Cartório então existente, deixou de funcionar, cuja transferência trouxe incontáveis prejuízos àquela comunidade, obrigada a se deslocar até a sede do Município, em prejuízo notadamente das pessoas de baixa-renda. Ademais, lembrar que Gonçalves Júnior está, em fase de emancipação político-administrativa, o que tornaria, caso nada seja feito, mais difícil a situação.

Em face do exposto, que esse Tribunal adote medidas para se restabelecer, com maior brevidade possível, a abertura do Cartório.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 895

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja remetido expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, visando o cascalhamento de estradas na Municipalidade de MALET.

Em face de uma série de pedidos anteriormente encaminhados, torna-se cada vez mais premente a recuperação e preservação do extenso setor rodoviário do Município de MALET, especialmente com relação às atividades agrícolas, que não podem deixar de contar com estradas em condições de escoamento das safras.

Para tanto, conforme o Prefeito, Senhor LAURO BARAN, o Poder Público local não dispõe de recursos suficientes para assegurar à realização desses trabalhos, razão pela qual é feito o apelo, no sentido do respaldo por parte dessa Pasta.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 901

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUEREM, após ouvido o egrégio Plenário, seja solicitado do Sr. Secretário de Estado da Fazenda informar a este Legisla-

Curitiba, quinta, em 25.04.91

tivo se existe ou existiu, de parte daquela Pasta, algum processo de investigação de sonegação fiscal dos frigoríficos mencionados na matéria publicada no jornal "Folha de Londrina", edição de 24 de abril de 1991, da qual anexa-se cópia reprográfica e, em caso positivo, seja enviado a este Parlamento cópia autêntica dos respectivos processos.

Requerem, também, que caso nenhum processo dessa natureza tenha sido incrementado, sejam determinadas as providências necessárias à apuração da denúncia contida na reportagem já mencionada.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(aa) DOUTOR ROSINHA,

ERNANI PUDELL

e OVÍDIO CONSTANTINO.

REQUERIMENTO N° 903

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas prerrogativas constitucionais e,

CONSIDERANDO que foi amplamente divulgada através da mídia eletrônica a realização da obra de reformas e restauração do chamado Teatro Treze de Maio, pelo Governo anterior;

CONSIDERANDO que este Legislativo aprovou dotação orçamentária na rubrica da Secretaria da Cultura, para a realização de tal obra;

CONSIDERANDO a importância daquele espaço cultural na cidade de Curitiba, até como "marco" na história do Teatro paranaense;

CONSIDERANDO que outras obras iniciadas em data posterior já foram concluídas e entregues à população;

CONSIDERANDO que já foram realizados e aprovados todos os projetos para construção do teatro, com especificações que envolvem mais de cento e cinquenta pranchas;

CONSIDERANDO as constantes e preocupantes manifestações dos envolvidos com as artes no nosso Estado, diante do abandono e, que se encontram as antigas instalações do Teatro da Classe (vide matéria anexa do Jornal Gazeta do Povo);

CONSIDERANDO as afirmações do ex-Secretário de Estado da Cultura, Dr. René Ariel Dotti (ofício 037/91-S - anexo) de que foram realizadas liberações de recursos financeiros para a realização das obras;

CONSIDERANDO os valores elevados que representam essas liberações e a estranheza, no mínimo, de haveram sido realizadas as liberações sem a efetivação dos serviços;

CONSIDERANDO a prerrogativa fiscalizadora latente ao Poder Legislativo, sobretudo em situações como estas, que envolve gerenciamento de recursos públicos;

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio a Excelentíssima Senhora Gilda Polli da Rocha Loures, Secretária da Cultura do Estado do Paraná, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES:

I - Qual o andamento do processo que autorizou a realização das obras no Teatro da Classe?

II - por que as obras de reforma estão paralisadas?

III - quais os recursos - acompanhando os respectivos documentos - liberados para a realização de tais reformas?

IV - É prioridade da atual administração efetuar as obras?

V - Quando? De que forma? Quais os procedimentos adotados para isso?

VI - Enviar todos os documentos referentes à referida reforma, inclusive, de reuniões da Comissão de Artes Cênicas, para discutir a denominação do teatro.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 152/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais dos Deficientes Físicos e Mentais - PADEFI, com sede no município de Colombo.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, foi fundada em 18 de maio de 1985, por um grupo de deficientes físicos e mentais, os quais tinham por objetivo, lutar pelos interesses comunitários, desenvolvendo programas culturais beneficentes, desportivos, recreativos e de natureza social de um modo geral. Congregando os pais dos deficientes, com o intuito de orientar e esclarecer, como devem proceder com relação a seus filhos. Lutando assim pelos interesses dos excepcionais.

Assim sendo, entendemos procedente o pedido de declaração de Utilidade Pública e esperamos pelo aceite do mesmo, pelos ilustres Pares da Casa, onde estarão promovendo o bem estar da comunidade.

PROJETO DE LEI N° 153/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Altera a redação do Art. 1º da Lei n. 9368 de 17 de setembro de 1990.

"Art. 1º - Fica criado o município de Quatro Pontes, "ad referendum" do resultado de plebiscito, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

Tem como ponto inicial e final a foz da Sanga Crissiumal do Arroio Guaçu. Sobe pelo Arroio Guaçu, divisa intermunicipal com Nova Santa Rosa e Toledo até a foz da Sanga Funda. Sobe por esta até a sua nascente (divisa intermunicipal com Toledo). Deste ponto por linha seca e reta rumo sudoeste até a nascente da Sanga Cristal. Descendo por esta até a sua foz no Lageado Azul. Descendo por este até o Lageado Três Voltas, subindo por este até a divisa dos lotes 9 e 8, seguindo por esta divisa, lote 08 (inclusive) e 09 (exclusive) até a divisa dos lotes 10 e 07, lote 07 (inclusive) e 10 (exclusive) por esta divisa até a nascente do Arroio Fundo, descendo por esta até a foz da Sanga Encantada, subindo por esta até a sua nascente. Deste ponto pela divisa dos lotes 37, 72, 50, 49 e 36 (exclusive) e lotes 38, 69, 13, 21 e 35 (inclusive) até o Arroio Quatro Pontes. Descendo por este até a divisa dos lotes 154, 153 (exclusive) e 151 e 152 (inclusive) por esta divisa até a nascente da Sanga Crissiumal, descendo por esta até a sua foz do Arroio Guaçu, ponto inicial e final.

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE QUATRO PONTES:

Tem como ponto inicial e final a divisa da Chácara 97 na Rua Bagé. Do ponto inicial segue pelas divisas das Chácaras 97, 1 e 12 (exclusive) e quadras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, e 10 (inclusive) até a rua São Leopoldo, segue por esta até a rua 7 de abril, por esta até a rua Santa Cruz, por esta até a divisa das Chácaras P. 20, divisas das Chácaras P. 20, P. 11, P. 10 e P. 1 (exclusive) e Quadras 68, 67, 66, 65, 64, 63, 62 e 61 (inclusive) até a rua Bagé, rua Bagé até a divisa da Chácara 97, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato de a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ter enviado a este Poder o ofício DGC/DETRE n. 06/91 especificando a área territorial do município de Quatro Pontes,

Curitiba, quinta, em 25.04.91

bem como seus limites.

Este foi o motivo pelo qual apresentou este projeto de lei de retificação de divisas e pelo qual espero contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 154/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a redação do Art. 1º, da Lei 9370, de 13.09.90, que passa a ser a seguinte:

"Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado de plebiscito, o município de Mercedes, desmembrado do município de Marechal Cândido Rondon, com as seguintes divisas:

"Inicia no Lago Itaipu (rio Paraná) confrontando com a República do Paraguai até embocadura do Lago Itaipu (rio Guaçu; da embocadura do Lago Itaipu (rio Guaçu) até o término do Lago Itaipu (Lago Guaçu) confrontando com o Município de Guaíra e Terra Roxa; do término do Lago Itaipu (rio Guaçu) ao ponto de embocadura do Lageado Guavirá à montante do rio Guaçu, confrontando com o Município de Terra Roxa e Nova Santa Rosa; do ponto de embocadura do Lageado Guavirá no rio Guaçu ao ponto da embocadura do Lageado Mercedes à montante do Lageado Guavirá, confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; do ponto da embocadura do Lageado Mercedes no Lageado Guavirá ao ponto de divisa entre os lotes rurais: lote 25 do 28º perímetro e o lote 24 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) à montante do Lageado Mercedes confrontando com o Distrito de Novo Três Passos; segue por linha seca entre os lotes rurais: 25 e 49 do 28º perímetro e os lotes 24, 23, 22, 21, 19, 18 17 e 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: 15 do 28º perímetro e o lote 16 do 28º perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até a Sanga São Luiz; segue a montante da Sanga São Luiz à nascente da mesma (lote rural n. 13 do 28º perímetro) confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; da nascente da Sanga São Luiz, segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 13 do perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); por linha seca entre os lotes rurais; lote 12 e 28º perímetro e o lote 113 do 18º perímetro (Distrito de Novo Horizonte); até o ponto que corta o Lageado 17 de Setembro; deste ponto adiante até o ponto da embocadura da Sanga Martin, confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; do ponto

que a Sanga Martin emborça no Lageado 17 de Setembro segue à montante pela Sanga Martin até encontrar a linha divisória dos lotes rurais: lote 140 do 18° perímetro e o lote 135 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 140, 139, 138 do 18° perímetro e o lote 135 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 138 e 168 do 18° perímetro e o lote 69 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte) até encontrar o ponto que corta o Lage Belmonte; segue a jusante do lageado Belmonte até a linha divisória dos lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte); segue por linha seca entre os lotes rurais: lote 56 do 18° perímetro e o lote 55 do 18° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), a linha que corta a Sanga 27 de Setembro; segue por linha seca entre os lotes rurais: lotes 10 e 56 do 42° perímetro e dos lotes 9 e 59 do 42° perímetro (Distrito de Novo Horizonte), até encontrar o ponto que corta o Arroio São Luiz; confrontando com o Distrito de Novo Horizonte; segue a jusante do Arroio São Luiz até o Lago Itaipu (Arroio São Luiz) confrontando com o Distrito de Porto Mendes; deste ponto segue pelo Lago Itaipu (Arroio São Luiz) à jusante até o ponto de embocadura no Lago Itaipu (rio Paraná), ponto de início, confrontando com o Distrito de Porto Mendes, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91.

(a) ELIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

O escopo do presente projeto de lei prende-se ao fato de a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ter enviado a este Poder o ofício DGC/DETRE n. 12/91, especificando a área territorial do município de Mercedes, bem como seus limites.

Este foi o motivo pelo qual apresento este projeto de lei de retificação de divisas e pelo qual espero contar com o devido apoio dos nobres Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI N° 155/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - A Secretaria da Educação deverá prever, anualmente, a realização da Semana da Conservação Escolar em todos os estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino.

§ 1° - Durante a semana tratada no "caput" deste artigo, as escolas

deverão realizar atividades relativas à manutenção e reconstituição do patrimônio escolar, contando, para tanto, com a participação dos alunos regularmente matriculados, professores e funcionários.

§ 2° - Os dias que atenderão ao programa supra mencionado serão tratados como dias letivos, de frequência obrigatória.

§ 3° - As escolas aceitarão, ainda, se necessário a colaboração voluntária da comunidade.

Art. 2° - O material a ser utilizado para execução das atividades de manutenção e reconstituição do patrimônio escolar será repassado, anualmente, pela Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, até quinze dias antes da realização da Semana de Conservação.

Art. 3° - A Semana de Conservação Escolar será realizada antes do encerramento oficial do 4° bimestre do ano letivo.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Tal iniciativa tem por objetivo fazer real, anualmente, nas escolas da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná uma semana dedicada à recuperação, conservação e manutenção do patrimônio escolar.

Em 1990, quinze mil (15.000) crianças quase ficaram sem poder cursar os bancos escolares. Uma das razões para isto pode ser atribuída aos próprios alunos que, durante o ano escolar, chegam a destruir grande parte das carteiras escolares. A Fundação Educacional do Paraná comprou vinte mil (20.000) carteiras escolares para este ano, a fim de possibilitar o suprimento, em parte, da falta de equipamentos nas escolas públicas. Apesar de todas essas medidas, ainda faltou, pelo menos, quinze mil (15.000) carteiras e, em muitas escolas, as classes não ficaram completas e algumas salas praticamente vazias.

Todo o ano, quando termina o período escolar, em cada sala com 40 carteiras, em média, pelo menos seis são completamente arrebitadas ou destruídas, representando um saldo de cento e quarenta mil (140.000) carteiras escolares destruídas pelos próprios alunos.

Através da presente proposição, queremos envolver os próprios alunos, sob a orientação e supervisão dos professores e funcionários, na recuperação desse mate-

rial destrozado.

É importante atentar para o aspecto didático da proposta, vez que possibilitará o despertar nas crianças, da responsabilidade pelo material patrimonial da escola.

A Escola não é, em momento algum, gratuita. Antes, pelo contrário, a Escola Oficial é paga. Paga pelos impostos de cada cidadão, pelas taxas e tributos a que respondemos, constantemente. Por esta razão, cada paranaense deve sentir-se um pouco dono da escola oficial. E, por isto, deve zelar por ela.

Grande parte das pichações nos prédios das escolas públicas são feitas por colegas de alunos ou por eles próprios e o envolvimento destes, na campanha ilustrada, falos-ia pensar duas vezes antes de iniciar o comportamento inadequado.

Assim, por diante, a campanha atuaria diretamente sobre o comportamento dos estudantes, levando-os à consciência da necessidade de preservar o bem público.

A campanha é, antes de tudo, de caráter didático da maior importância, sendo necessário acentuar o pendor econômico da proposição, se observarmos os custos decorrentes da compra anual, de mobiliário escolar para substituir aquele que foi destruído.

A escola que quer ser verdadeiramente preparadora de cidadãos deve formá-los a desenvolver a cidadania responsável. A criança que hoje destrói uma carteira, pode ser o homem que amanhã põe fogo num ônibus. Já que, guardadas as devidas proporções, a falta de consciência revelada é a mesma.

Estaría, adotando esta iniciativa, a Escola do Paraná dando aos nossos paranaenses uma das mais importantes lições de suas vidas: a de guardar e preservar o que é bem comum.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 156/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica denominado como Teatro José Maria Santos o imóvel e espaço cultural localizado à Rua Treze de Maio, n° 655, nesta Capital.

Art. 2° - A Secretaria de Estado da Cultura, através do departamento competente, realizará, oportunamente, solenidade para efetivação desta Lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

José Maria Santos, um nome para Teatro

Curitiba, quinta, em 25.04.91

"Saber o que acontece depois da morte"
(resposta do homem de teatro José Maria Santos, à pergunta "uma curiosidade", à jornalista Adélia Maria Lopes, para o perfil publicado da coluna "Personagem ALMANAQUE, 20/08/89)

ARAMIS MILLARCH

É. Agora o bom Zé deve estar sabendo. A morte o levou na noite de quarta-feira (03.01.1990) abrindo já no terceiro dia deste início dos anos noventa a primeira grande baixa em nosso universo afetoso e artístico. Após semanas de quarenta e cinco dias de sofrimento e quatro operações, internamentos no Instituto de Medicina e Cirurgia do Paraná e Hospital de Clínicas, José Maria Santos, morreu da mesma doença (diverticulite) que levou, há cinco anos, o presidente Tancredo Neves.

Depois de Antônio Carlos Kraide, Olin da Wischeral, Maurício Távola, Irineu Adami, o bailarino Francisco Duarte e tantos outros que se dedicaram de corpo e alma, a fazer espetáculos no Paraná, José Maria Santos deixou esse nosso insensato mundo e, esteja onde estiver, por certo continuará em seu jeito bonachão, alegre, espirituoso e, principalmente, independente e corajoso que sempre foi sua marca registrada.

Na quarta página de O Estado do Paraná, dois dias após a morte de Paulo Leminski (24.08.44 - 07.06.89), na emoção de todos nós, Dante Mendonça transmitia numa amorosa charge-despedida, uma sugestão-apelo: dar o nome do poeta, tradutor, escritor e letrista ao Teatro da Classe, onde Leminski fez palestras e mesmo shows musicais. A idéia não prosperou e a homenagem foi para a Pedreira Leminski, com seu espaço ao ar livre, destinado a grandes espetáculos, especialmente de música jovem (que constituía o seu grande público), por certo mais apropriada a uma homenagem para ficar.

Houve, também, quem argumentasse de que, apesar de toda a sua importância para a vida cultural paranaense, Paulo Leminski nunca havia sido propriamente um homem de teatro.

Agora, em relação a José Maria Santos, a questão é diferente: não só ele foi durante 34 de seus 56 anos (nasceu em 12.12.1933), o mais profissional, esforçado e lutador dos homens de teatro no Paraná, como literalmente, com suas mãos, ajudou a transformar uma velha fábrica de malhas, na rua Treze de Maio, num teatro que, finalmente, agora, quase dez anos após ter sido por ele idealizado, ganha recursos oficiais e começa a ser restaurado pela Secretaria da Cultura. E que merece chamar-se Teatro José Maria Santos.

O engenheiro e dramaturgo Luiz Groff,

53 anos, autor de "A Reputação dos Quatro Bicos" - comédia que Zé Maria produziu e interpretou (com direção de Oracy Gemba) para a inauguração do Teatro da Classe, em abril de 1982, sempre lembrava uma imagem poética para ilustrar o esforço que José Maria Santos, na qualidade de presidente da Associação dos Produtores Teatrais do Paraná, fez para que a cidade ganhasse aquele espaço cultural. A antiga malharia que sofreu um incêndio no final dos anos 70, adaptada para um evento carnavalesco ("A fábrica de samba") se tornaria um teatro graças ao esforço de José Maria: que, pessoalmente, com sua grande esposa e companheira, Rute, o filho (e também ator) Mauro e as filhas Daniele, Simone, Maria Josete e Vivian, pôs a mão na massa, para que o projeto desenhado nas pranchetas do arquiteto José La Pastine não ficasse pela metade. Zé Maria, que entre tantas peças que montou em mais de três décadas do teatro paranaense, foi um pedreiro em "Muro de Arrimo", colocou-se por muitos meses, entre 1981/82, na posição de verdadeiro mestre-de-obras para que a cidade ganhasse o Teatro da Classe. Concluído, como nenhum grupo se animou a montar a peça inaugural, foi novamente à luta: entusiasmado com uma comédia de Luiz Groff, fez de "A reputação dos Quatro Bicos" um dos grandes sucessos de público - com boas casas durante quase dez meses. Incansável, Zé também foi para a cozinha do teatro: implantou um restaurante que em pouco tempo se transformaria em ponto de encontro de artistas, jornalistas e mesmo políticos, e no qual, no inédito horário da meia-noite, fazia outra inovação: uma revista-política em forma de monólogo, "Nem gay, nem bicha". A chegada dos pés vermelhos com a vitória de José Richa nas eleições de 1982, levou a criação de um espetáculo de farpas inteligentes e afiadas, escritas originalmente por Groff mas que, na proporção que o tempo passava, adquiriram uma co-autoria de Zé, inteligentemente atualizando com ironia os fatos do dia-a-dia. Um humor atualíssimo - lembrando mesmo o clima dos cabarés políticos da Alemanha da República de Weimar - que se constituiu, na época, numa primeira - e muito bem humorada - crítica às confusões armadas pelos peemedebistas do Norte do Estado, que chegando ao poder com a vitória de Richa, provocavam situações dignas de comédias de Carlitos. Entretanto, em sua independência crítica, já a partir do título do show, Zé também não poupava os chamados "sulistas" e com isto, "Nem gay, nem bicha" ultrapassou as limitações de um simples show de meia-noite, para, em seu momento, se transformar numa sacudida em muitos - e que, na falta de melhor humor de alguns dos atingidos, provocou até ameaças telefônicas ao bom Zé, que como

caboclo macho que era, ironizava os que lhe prometiam vinganças pessoais. Posteriormente, com "Zé Maria procura Sarney para se coçar", já então com um texto desenvolvido originalmente em colaboração com outros amigos (Valêncio Xavier, Paulo Ciga, Manoel Carlos Karam) e que levaria não só em dezenas de cidades do Paraná, mas também a outros estados.

(Reprodução autorizada pelo autor - o Estado do Paraná, 05 de janeiro de 1990).

Pesem, ainda, como justificativa, as matérias anexas, por ordem, de autoria dos jornalistas, artistas, críticos e intelectuais: Rui Barrozo (Jornal do Estado), Yara Sarmento, Luciana Cherobin, Lúcio Weber, Érica Migon, Christo, Luiz Groff, Lalla Schneider, Odelaire Rodrigues, Constantino Viaro e Renê Dotti.

São estas as razões que nos orientam na apresentação deste Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 157/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - É garantida a gratuidade no transporte coletivo das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiências físicas, mentais ou sensoriais.

Art. 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos, o benefício tratado no Art. 1º será prestado mediante a apresentação da cédula de identidade contendo a expressão "Maior de sessenta e cinco anos".

Art. 3º - A comprovação da condição de deficiente, conforme o disposto nesta Lei, será feita através de:

I - Atestados médicos, expedidos pelos centros de atendimento aos excepcionais;

II - Documento, expedido isento de selos e emolumentos, pela autoridade policial ou pelo Prefeito Municipal, atestando que é pessoa carente.

Art. 4º - O departamento competente da Secretaria de Estado dos Transportes, ou órgão que venha a sucedê-la, prestará o apoio necessário aos municípios, para implementação desta Lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

I. Constitucionalidade:

"Art. 224 - É garantida a gratuidade nos transportes coletivos urbanos e das regiões metropolitanas aos maiores de sessenta e cinco anos e às pessoas portadoras de deficiência que comprovem carência de recursos financeiros".

(Constituição do Estado do Paraná).

"Art. 25 - ...

§ 3º - Os Estados poderão, mediante Lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. "d'onde inferimos que, podem também, os Estados, legislar sobre os serviços prestados nessas regiões."

(Constituição Federal)

II . Mérito:

Parece até desnecessário falar sobre o alcance social do benefício, razão pela qual constou da Constituição Federal e Estadual. Entretanto, é importante reafirmar o dever do Estado com a promoção e eliminação de obstáculos à integração social da pessoa idosa e deficiente.

Por outro lado, apesar da garantia constitucional, vêm os idosos e deficientes arcando com o ônus - pesado decorrente dos transportes, em razão da não regulamentação do preceito.

Desta forma, não pretendemos apenas resgatar esse compromisso do Estado com os cidadãos objeto da proposta, como também exercer a responsabilidade de regulamentar a Constituição e efetivar à sociedade as conquistas por ela asseguradas.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 158/91
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (álcool metílico) - CH₃-OH -, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.04.91

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

I - CONSTITUCIONALIDADE

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais." (C.E., art. 207).

"É da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios:

VI - proteger o meio-ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; (C.F., Art. 23, VI).

"Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente

sobre:

VII - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; "(C.F., Art. 24).

Incumbe ao Poder Público:

Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;" (C.F. - Art. 225, § 1º, V).

"Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades." (C.F., Art. 24, § 3º).

II - MÉRITO:

Consta da ficha toxicológica nº 05, da Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho, do Ministério do Trabalho:

"De todos os álcoois primários, o álcool metílico é aquele cujo grupo hidroxila apresenta mais forte mobilidade; daí vem a sua capacidade reacional mais elevada. Os oxidantes poderosos, tais como misturas nitro-crômica e sulfo-crômica transformam o álcool metílico em anidrido carbônico e água. A reação é fortemente exotérmica e apresenta riscos de inflamação e de explosão."

"O álcool metílico é um líquido inflamável (ponto de fulgor: 12°C em recipiente fechado, cujos vapores podem formar misturas explosivas com o ar (6,0 a 36,5°C em volume))."

"O álcool metílico possui efeitos cumulativos. É eliminado muito lentamente, o que explica, em parte, que ele seja mais perigoso para o homem que o álcool etílico."

"O álcool metílico pode provocar intoxicações por inalação, por ingestão ou por contato cutâneo. Seus efeitos são frequentemente cumulativos."

"Intoxicação por inalação é o caso mais frequente na indústria. Os vapores de álcool metílico provocam a irritação das mucosas nasais e oculares, vertigens, cefaléia e perturbações digestivas. Estas perturbações desaparecem rapidamente, afastando-se o indivíduo acometido da atmosfera poluída.

Em caso de inalação maciça ou prolongada, perturbações oculares graves podem aparecer e evoluir para a cegueira."

"Intoxicação por ingestão é a forma mais grave pouco freqüente, e quase sempre acidental. Após um período de latência mais ou menos longo, os sinais de embriaguez aparecem, seguidos de coma. Pertur-

bações neurológicas (polineurites, neurites retrobulbares) foram igualmente observadas."

A Universidade do Estado de São Paulo corroborou esses dados, em relatório assinado pelo Prof. Doutor Henrique V. Dela Rosa e outros, indicando que: cerca de 30 ml de metanol puro (o equivalente a duas colheres de sopa) podem ser fatais para adultos mais suscetíveis.

E - o mais importante - conclui: "Esta comissão entende que a questão do metanol não pode ser considerada isoladamente do uso dos demais combustíveis e das demais condições de trabalho da população trabalhadora do Brasil; a situação criada pela introdução do metanol é assumida como uma oportunidade para alertar as entidades responsáveis e a população em geral da precariedade e gravidade dessas condições, e para reclamar a definição de uma política de saúde pública mais decidida e eficaz".

Cabe, primeiramente, ressaltar que as proporções que o problema do metanol assumiu, reiteram manifestação do descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza.

Decisões sendo tomadas sem consultas e discussões prévias com as populações envolvidas, submetendo-as na maioria das vezes, exclusivamente a interesses políticos e econômicos de grupos específicos sem maior alcance social.

Finalmente, esta comissão é de opinião que o uso do metanol como combustível, deve ser considerado como um assunto específico dentro de um programa de saúde do trabalhador, devendo ser elaboradas orientações para a realização de controle médico e monitorização biológica dos trabalhadores que possam estar expostos a concentrações de metanol próximos ao limite de exposição".

Assim, diante da polêmica levada a efeito, e tentando chamar para si a responsabilidade de regulamentar o uso de metanol químico, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), concedeu a pedido do Ministério das Minas e Energia, licença de operação para o uso da mistura ternária ETANOL-METANOL-GASOLINA.

Em tal licença (nº 002/90), firmam-se, como condições específicas, dentre outras:

"2.2) - Realizar estudos e acompanhamento médico de uma amostra representativa dos profissionais diretamente envolvidos com manipulação e contato direto com combustíveis, de forma a evitar riscos inerentes à exposição crônica à mistura ternária, gasolina e óleo diesel.

Esta investigação deverá obrigatoriamente, abordar aspectos respiratórios, hematológicos e citogenéticos".

"2.4) - O CNP deverá apresentar ao IBAMA, dentro de 30 dias, um programa detalhado, com cronograma, para implantação de normas e dispositivos para recirculação de gases e vapores de combustível nas operações de abastecimento de reservatórios subterrâneos e caminhões-tanque, bem como para instalação obrigatória de bocais de desligamento automático nas bombas de abastecimento de veículos. Tal programa deverá ser planejado e executado sob a coordenação do CNP e aprovado previamente pelo IBAMA".

"2.5) - O Ministério das Minas e Energia apresentará ao IBAMA, para aprovação, em 30 dias, um programa para uso emergencial de Combustíveis Alternativos Veiculares, bem como providenciará e destinará as verbas necessárias à sua implantação, especialmente àquelas relativas aos estudos, à fiscalização e às medidas preventivas de proteção à saúde pública e ao meio ambiente. Este programa terá que incluir o estudo da adoção em larga escala do uso do gás natural em ônibus urbanos e em táxis".

"2.6) - O Ministério das Minas e Energia realizará em campanha de esclarecimento a ser iniciada 10 dias antes do início da comercialização da mistura, visando:

a) alcançar os grupos profissionais submetidos ao risco do manuseio do metanol (frentistas, mecânicos, petroleiros e outros) com metodologia adequada para garantir seu resultado efetivo de reduzir o risco, sob fiscalização das entidades sindicais, ambientais e de saúde pública.

b) Esclarecer a população em geral sobre o risco do sifonamento.

c) Esclarecer à classe médica quanto aos procedimentos terapêuticos em casos emergenciais.

d) Esclarecer à população em geral sobre os primeiros socorros em casos de acidentes".

"2.7) O Ministério de Minas e Energia deverá providenciar a colocação nas bombas de abastecimento da mistura ternária de inscrições preventivas, como: "VENENO" acompanhada do símbolo da "CAVEIRA" e "USAR SOMENTE COMO COMBUSTÍVEL" e a adição de um corante de forma a permitir a identificação precisa da mistura ternária por parte do consumidor.

"2.8) - Que o Ministério do Trabalho faça cumprir a legislação existente no que se refere ao sistema de proteção dos trabalhadores que manuseiam combustíveis em geral, inclusive as normas de procedimentos, informação e preparo de pessoal, equipamentos de proteção individual, especialmente luvas, calçado e óculos (segundo o manual do IBP), a água corrente e as condições adequadas para higiene pessoal".

"2.14) - Que o Ministério das Minas e

Energia promova a contenção do consumo de álcool e de gasolina através da desestimulação ao uso exagerado do automóvel, temporariamente até maio, quando se iniciar a nova safra de álcool no sudoeste.

Esta contenção não deve implicar nem em proibição do uso do automóvel, nem em racionamento de álcool mas sim, em medidas administrativas e campanha de conscientização do público. Entre outros benefícios, isto implicará na redução da poluição do ar, pois a emissão de gases de descarga dos veículos diminuirá com a menor quilometragem dos mesmos.

Isto posto, queremos propor um confronto com a realidade levantada através da liberação do metanol em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo.

A gravidade do assunto - sempre alertada por técnicos e cientistas de crédito - levaram a Prefeita da Capital Paulista a vetar o uso do metanol, a seguir, liberando-o, mediante o atendimento às determinações do IBAMA, seguindo parecer do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas - DIEESE: A partir daí, constituiu-se um processo amplo de discussão, através de audiências públicas, que culminou na elaboração e encaminhamento à Prefeita de uma pauta de propostas condicionando a liberação do uso do álcool metílico a condições quanto ao risco ocupacional dos trabalhadores, ao enfrentamento da crise de falta de álcool e da poluição de ar. Com o atendimento desses itens, proceder-se-ia uma introdução progressiva do uso do metanol em São Paulo.

O que se reconhece, hoje, entretanto, é que as medidas não têm sido atendidas e, portanto, os trabalhadores se encontram expostos a toda sorte de riscos.

Além disso, as normas editadas pelo IBAMA em sua licença de operação também não foram atendidas. No que diz respeito à liberação de verba de emergência e ao programa de verbas para fiscalização e estudos tudo permanece no papel, sem que ao menos os convênios tenham sido assinados com a Prefeitura, os órgãos sindicais e ambientais.

O item 2.2. da Licença de Operação nº 002/90, aponta para fiscalização por amostragem, ou seja, toma-se um determinado número e o analisa, auferindo os resultados para análise de todo o conjunto representado - o que é contestável.

Todas as informações quanto ao não cumprimento das normas do IBAMA e das condições fixadas nas audiências públicas, pelos representantes do município, das entidades sindicais dos trabalhadores, proprietários de postos e de entidades ambientalistas foram prestadas pelo Doutor Fábio Pilon Francese, assessor especial da Secretaria de Governo Municipal da Prefei-

Curitiba, quinta, em 25.04.91

ta de São Paulo, designado para o assunto e que destaca a deficiência na fiscalização dos estabelecimentos, onde já há precedência de casos de intoxicação.

No Estado do Paraná, como tudo tem se encaminhado?

Não fosse por uma mobilização da Câmara Municipal dos Vereadores de Curitiba, provavelmente o metanol já tivesse aqui, também, sido introduzido sem a necessária discussão.

Não bastasse a polêmica natural ao assunto que divide ânimos, a própria Divisão de Medicina e Segurança do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho anunciou não possuir infra-estrutura suficiente para fiscalizar o cumprimento da legislação no que se refere à proteção dos trabalhadores que manusearão o metanol no Estado (Jornal Gazeta do Povo, 31.10.90).

Diante de tal fato, o IBAMA já estaria "propenso" a vetar o seu uso (Jornal Correio de Notícias).

Consultado a respeito da matéria, por este parlamentar, o representante do IBAMA (Dr. Quintanilha- 061.2268911) reafirmou que "se a declaração da DRT/PR fosse confirmada, o metanol poderia ser vetado".

Entretanto, o IBAMA ainda iria esclarecer à DRT/PR que a fiscalização não é "tão rigorosa" e que esta infra-estrutura seria montada em cooperação com municípios e entidades interessadas.

Ora, isto significa transferir a responsabilidade para os municípios e as entidades, quando estes não têm poder de polícia para autuar e agirão somente na denúncia.

Quanto ao aspecto da amostragem também - como já dissemos - paira suspeitabilidade, já que somente em Curitiba, temos aproximadamente 270 postos de abastecimento que seriam avaliados numa amostra reduzida, o que é simplesmente inadmissível pelo risco evidente à sadia qualidade de vida dos trabalhadores e da população.

Há que considerar a desatenção do Ministério das Minas e Energia para as campanhas de esclarecimento à população, bem como para desestimulação ao uso de veículos, o que o coloca em posição desconfortável para propor convênios em igual sentido.

Os debates acerca do metanol, empreendidos na cidade de Curitiba, levaram a comissão especialmente constituída naquele órgão legislativo, para estudar a matéria, a indicar o veto ao uso do álcool metílico, primeiramente pelos riscos e, secundariamente, pelas declarações da DRT de inexistência de estrutura fiscal.

A Secretaria da Saúde e autoridades do Ministério da Saúde também já se pronunciaram sobre o assunto, sempre trilhando por um mesmo caminho; pelos elevados ris-

cos, só pode haver liberação com fiscalização rigorosa e cumprimento a todos os itens de segurança.

A experiência nos centros fluminense e paulista, nos indicam que os convênios, acordos e compromissos não foram cumpridos, que os profissionais não receberam os devidos esclarecimentos nem foram dotados com equipamento de prevenção próprio.

Isto levou a Câmara de Curitiba a proibir o uso do metanol no perímetro de sua competência, o que não dispõe sobre sua introdução em outros setenta e dois municípios, conforme se prevê.

Não podemos, acreditando em promessas que a realidade provou serem oportunistas e que não foram atendidas, permitir a introdução, em nosso Estado, de um composto que oferece risco ao meio ambiente e à saúde da qualidade de vida da população e dos trabalhadores envolvidos.

Não podemos renunciar às prerrogativas e ao nosso dever ditados pela Carta Federal, nesse sentido, nem tampouco nos intimidar diante da licença concedida pelo IBAMA que provou ser ingênua e cujos itens foram burlados pelo Governo, através do Ministério das Minas e Energia, ou que pecaram pelo trato demasiado simplista do assunto (vide fiscalização por amostragem etc).

Ademais, tal licença não substitui uma Lei Federal, que poderia regulamentar o assunto, impedindo a legislação estadual em sentido contrário.

Não existindo tal lei, cumpre ao Estado - conforme destacamos na constitucionalidade desta proposta - legislar sobre a matéria.

É oportuno recordar que os encontros, simpósios e demais conclaves versando sobre o ambientalismo têm negado parecer favorável à adoção do metanol.

A não aprovação deste projeto, implica em deixar as portas de nosso Estado abertas à sanha dos cartéis, independente do que se reserva aos trabalhadores, que restarão expostos a riscos letais ou à população desinformada, vítima daquilo que os professores da Universidade de São Paulo, em seu relatório sobre a matéria chamaram de "descaso com que as autoridades governamentais têm encaminhado questões dessa natureza".

Estas razões que, por consciência, inalienável direito e indiscutível obrigação, nos levaram a pedir aos Deputados do Paraná, a proibição da distribuição, comercialização e a utilização do metanol em veículos no Paraná.

Esta é a justificativa.

Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alceu Swarowski.

Declina.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos no início desta Legislatura, por diversas vezes esta tribuna, para demonstrar a nossa preocupação com relação aos desmandos sob os quais vive o povo deste País. Em 25 de fevereiro deste ano, dizíamos nesta Casa: "o PSB condena veementemente os Planos Collor 1 e 2, como repudiou todos os demais planos e que, valendo-se da ingenuidade e desespero da massa trabalhadora prometeu-lhes mundos e fundos, para depois tirar-lhe o pouco que restava".

O Partido Socialista Brasileiro jamais ocupará esta tribuna para apostar na política do quanto pior, melhor; jamais tentará desestabilizar governos em qualquer nível, mas não deixará e nem terá compromissos com fatos que não determinem o predomínio da verdade, não participará de conchavos e acertos que contrariem a finalidade de sua representação nesta Casa, que é o povo; e a valorização do voto e da representação que pesa sobre seus ombros, que é a política de um Paraná melhor, de um Brasil que encontre seu verdadeiro caminho e dê um povo que tenha direito ao emprego e salário decente, que deem condições de uma vida digna para o trabalhador e sua família. Não apostamos, nem apostaremos na política do oportunismo de espaços, de benesses e nem da coisa fácil do Governo. O povo quer e espera política e políticos sérios, representando-os em todos os poderes deste Estado e deste País. A nossa maior crise, sem dúvida, é a crise moral, é a crise do desrespeito àquilo que ao povo pertence. Enalteço, assim como espero que este Parlamento também o faça, a coragem, a desprendimento e a luta do jornal "Folha de São Paulo", que através de seu editorial de hoje, 25 de abril, assinado por seu nobre diretor de redação, jornalista Otávio Frias Filho, e que peço seja transcrito na íntegra nos Anais desta Casa, demonstra a sua luta por um imprensa livre, séria e comprometida com a verdade. Diz neste mesmo editorial a verdade nua e crua sobre o nosso País, diz o que muitos partidos políticos e suas representações jamais ousariam dizer.

Parabéns à "Folha de São Paulo" pela sua coragem, desprendimento, pela elucidação da verdade, doa a quem doer, mesmo que seja o Presidente da República, que a nosso ver está brincando com a Nação Brasileira, fazendo do seu povo mero brinquedo dos descontidos impulsos de menino criado em berço de ouro.

O Presidente Fernando Collor de Mello processa a "Folha de São Paulo" pela

publicação de denúncias, cuja veracidade jamais foi contestada, sobre contratações sem a licitação exigida por lei.

O jornalista Otávio Frias Filho, em sua "Carta Aberta", teve a coragem de mostrar que por trás de uma conduta tão obsessiva do Presidente contra seu jornal, existe uma clara intenção de solapar as instituições democráticas, de desestabilizar as organizações mais legítimas da sociedade civil, de destruir os sustentáculos de um estado de direito democrático, dentre os quais a liberdade de imprensa e de fazer prevalecer, por absoluta falta de capacidade de administrar a divergência salutar, típica do jogo democrático, o seu ponto de vista apenas; o ponto de vista do soberano. Faz o País retroceder a um tempo de triste memória, instaurando o "Estado de medo", em que falar a verdade é digno de punição.

Por isto, temos certeza que publicação dessa natureza, como hoje se estampa neste editorial da "Folha de São Paulo", merece ser registrada em todas as Casas de Leis, sejam elas municipais, sejam elas estaduais, sejam elas federais; porque aqui de fato se expressa aquilo que o povo brasileiro pretende que se faça; aquilo que o povo brasileiro sente no seu dia-a-dia; aquilo que o povo brasileiro gostaria de dizer também ao Presidente da República, também aos Parlamentares que traem as representações em suas instâncias parlamentares.

Por isto fica aqui registrado o voto deste Parlamentar a este editorial que hoje estampa a "Folha de São Paulo" que de fato demonstra a preocupação pela falta de seriedade, pelo tratamento digno que interessa ao povo brasileiro e à imprensa séria deste País. Nossos parabéns à "Folha de São Paulo" pela coragem de trazer a verdade estampada, doa a quem doer, como dissemos no nosso pronunciamento. Isto é digno de imprensa. Isto é digno do que de fato deve se estampar através dos órgãos que representam os anseios do povo na luta pela verdade. Temos certeza que, desta forma, estaremos levando ao povo e indo para a comprovação que não existe democracia neste País.

Existe. Existe porque temos a certeza que a faremos. Existe porque temos certeza que ainda há homens comprometidos com a moralidade que tanto necessita este País.

Passarei agora à leitura do referido artigo. (Lê):

"Como chefe do atual governo o senhor tem conclamado ao entendimento nacional. Anteriormente sua visão era a de que o entendimento já ocorrera na eleição em que a sua candidatura derrotou as "elites", termo pelo qual o senhor designa as instituições organizadas da sociedade brasileira.

Depois de empobrecer a população, vender a fantasia de que os problemas nacionais seriam solucionados num passe de mágica, violar a Constituição, humilhar o Congresso, jogar o País numa recessão profunda e, naturalmente fracassar, desde logo à luz das expectativas delirantes então criadas, o senhor resolveu vestir a pele de cordeiro e recorrer agora ao entendimento nacional. Esse entendimento é o outro nome da impotência a que o senhor chegou, decorrido apenas um quinto do seu mandato.

O acordo que o senhor vislumbra, entretanto, parece ainda resumir-se à submissão aos caprichos do governante. O senhor não assimilou até agora os rudimentos da noção de cidadania. A boa-vontade da sociedade brasileira, em face das promessas que o senhor formulou sem poder cumprir tem sido enorme, quase inacreditável, e o senhor se mal-acostumou a ela, mas não é incondicional nem inesgotável. Depois de vinte anos de uma ditadura que se dizia feita em nome de ideais democráticos - essa foi aliás a sua escola - não creio que a opinião pública esteja inclinada a tolerar uma democracia de fachada.

Apesar do empenho inegável que o senhor dedica à tarefa de dismantelar os partidos, abater as entidades empresariais e os sindicatos, sufocar as organizações culturais e intimidar a imprensa, prevalecendo-se da desordem ideológica da nossa época, açambarcando a torto e a direito bandeiras que vão do moralismo mais tacanho à ecologia, inspirando-se em estereótipos aqui do fascismo, acolá da social-democracia, mas lançando sempre uma névoa cintilante de confusão sobre a sociedade - apesar disso tudo o senhor é obrigado a ouvir vozes capazes de dizer não. São cada vez mais numerosas. A população pobre e desinformada ainda se deixa desconcertar pela voracidade com que o senhor manipula os símbolos da pressa, do poder e da riqueza. Onde a informação circula livremente, as reações entretanto oscilam entre a ironia e a repulsa pela truculência, pela afoiteza e pelo arrivismo patético com que são conduzidas atitudes de governo.

O senhor está processando a mim e a três companheiros jornalistas da Folha. Muito bem, é seu direito. Mas esse processo é apenas - o senhor sabe tão bem quanto eu - a ponta visível de um iceberg de ataques, discriminações, ameaças, violência contra este jornal. Sei da ansiedade, formidável numa pessoa com tantos problemas graves e reais a enfrentar com que o senhor interpela seus auxiliares todos os dias a respeito do andamento do processo contra a Folha. Sei que o senhor voltou todo o aparelho do Estado contra este jornal em que parece identificar um perigoso paradigma de independência a ser punida,

de altivez a ser exemplada, de vigilância a ser reprimida.

Estou sendo duro, franco e leal em relação ao senhor. Talvez seja útil para o país que alguém lhe diga em público e em voz alta as coisas que se comentam às suas costas. A Folha porém apoiou as linhas gerais da campanha em que o senhor propôs contra a inflação. Sustenta idéias congruentes com as suas no que se refere à privatização, à redução da máquina do Estado, à luta contra as desigualdades sociais e regionais, à modernização tecnológica, ao combate contra a economia de cartório e à integração do Brasil nos quadros do mercado internacional. Por incrível que pareça, do ponto de vista programático há mais convergência do que divergência entre as posições do jornal e aquelas que o senhor vem pregando.

O problema é o abismo que se abre entre o que o senhor diz e o que o seu governo faz, entre o liberalismo da retórica e a selvageria da ação, entre o privatismo confesso e o intervencionismo que é praticado, entre a aura frenética de primeiro-mundismo e o costume arraigado do coronelismo interiorano, entre o Ocidente e Miami. Confesso que como cidadão brasileiro estou farto de suas tentativas de iludir, desorganizar e tutelar a sociedade. Como eu, muitos já não se acham dispostos a transigir com a insegurança de seu governo, com as arbitrariedades que se despenham umas sobre as outras, às vezes umas contra as outras, com os pacotes, os confiscos, as mentiras e o exibicionismo vulgar que contamina a administração como um todo.

Que o senhor esqueça o processo contra meus três colegas e concentre seus rancores na minha pessoa, já que deseja atingir a Folha como instituição. Tenho sido às vezes aconselhado a deslocar nossa linha editorial para o campo da oposição pura e simples a seu governo. Por mais que o senhor me force a isso, resisto a esse impulso que desvirtuaria o jornalismo que vimos procurando fazer antes mesmo que o senhor sonhasse em galgar a Presidência. Penso que a função da imprensa é apartidária e crítica de um modo geral. Não se trata de apoiar ou de se opor a governos. Infelizmente o senhor não demonstra aptidão nem discernimento intelectual para conviver com a diferença de pontos de vista, com o conflito de idéias e versões, com o curso desimpedido das informações, com a respiração política que somente a imprensa livre é capaz de assegurar. O senhor exige aplauso irrestrito e capitulação. Devo dizer que quanto mais o senhor persegue este jornal maior é o ânimo que vejo nos olhos dos jornalistas - e não apenas da Folha.

Processé-me pelo que de fato penso e afirmo em vez de se esconder sob o pretexto de duas notas inócuas, perdidas sem assinatura numa edição publicada, aliás, quando eu estava ausente, em licença profissional. A Folha já disse e repetiu que não houve calúnia ou intenção de caluniar seja o senhor, seja qualquer membro do seu governo. Soa falso, além disso, que fale em ofensa alguém que sem apresentar até hoje uma única prova acusou o presidente Sarney de corrupção e utilizou contra o atual governador do Rio de Janeiro palavras irrepetíveis. Na realidade, não é com reparações à sua imagem supostamente ofendida que o senhor se preocupa no caso. Se fosse assim, teria tomado providências contra outros três jornais que publicaram as mesmas notas. Na véspera de sua publicação na Folha, um jornal do Rio divulgou informações de tipo idêntico e o senhor não moveu uma palha. Se a alegação de ofensa fosse séria, o diário de propriedade de sua família não teria adquirido, pouco depois da publicação das duas notas, os direitos de republicação da mesma coluna da Folha onde elas haviam sido estampadas.

Não deixa de ser curioso que esteja sendo levada a julgamento, sob o silêncio acovardado e interesseiro de quase toda a mídia, a única publicação brasileira que mantém uma seção diária de retificações e que remunera um de seus profissionais pela exclusiva missão de criticar pública e asperamente as suas próprias edições. Este jornal nunca pediu um favor sequer a seu governo e nunca cedeu à necessidade quase psicológica que o senhor tem de silenciá-lo. Lamento concluir que a Folha está sob julgamento, não por seus defeitos, que são muitos, mas por suas virtudes - o que me orgulha. O que está em jogo é saber se é possível existir um jornal como este num País como o nosso. O que está em jogo é decidir se daqui por diante a nação contará com uma imprensa intrépida ou temerosa, livre ou subjugada.

Vejamos. Eu estou na planície, o senhor está encastelado; eu me sinto cercado de amigos e amigas que nada me devem; ao seu redor se vêem áulicos da cor da cera; eu luto pela minha liberdade, o senhor por uma vaidade ferida; e no entanto minhas razões são públicas e de interesse geral, ao passo que as suas é que são particulares, sombrias como a própria solidão; eu defendo para cada um a possibilidade de expressar o que pensa sem ir para a cadeia por isso, enquanto o senhor se agarra à lei de imprensa do regime militar; eu procuro alcançar o exemplo dos grandes jornalistas do passado, o senhor desce à mesquinha dos tiranetes; eu advogo um direito, o senhor uma obrigação de vassala-

gem; uma condenação lançará vergonha sobre o senhor e honra sobre mim; seu governo será tragado pelo turbilhão do tempo até que dele só reste uma pálida reminiscência, mas este jornal - desde que cultive seu compromisso com o direito dos leitores a verdade - continuará em pé: até mesmo o senhor é capaz de compreender que a minha causa é maior e mais forte e mais justa que a sua.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerra do o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Tavares.

Ausente em plenário, passamos ao Horário das Lideranças.

PFL. (Declina).

PRN. (Declina).

PT. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, achávamos que a administração de Álvaro Dias era uma administração da falácia e da mentira.

No final do seu Governo dizia o Governador que a dívida do Estado do Paraná estava zerada e que existia dinheiro em caixa.

Além de notarmos que tudo foi sucateado, saúde, educação, salário de servidor, acho que o Governador Roberto Requião, e todos os Secretários, acreditaram muito em Álvaro Dias. Acreditaram tanto que continuavam dizendo que existe dinheiro. Mas quando fomos ver a prática, não há dinheiro. Vários setores da Secretaria Estadual da Saúde estão com os telefones cortados por falta de pagamento de conta. Senhores Deputados, uma Secretaria de Estado com o telefone cortado mostra em que situação chegaram as finanças do Estado do Paraná. E o que é grave é que a Secretaria Estadual de Saúde, uma secretaria importantíssima principalmente no momento de crise que vive a Saúde Pública do nosso Estado, momentos onde epidemia é o que existe e a população está ainda submetida a outras séries de epidemias que rondam as nossas casas. Não é só a questão de telefone, o acordo coletivo de trabalho firmado entre a Fundação Caetano Munhoz da Rocha e o Sindicato de trabalhadores daquela Secretaria não vem sendo cumprido, os pagamentos estão sendo feito atrasados, dos auxílios porque não têm dinheiro. E mais grave do que isso, o Pronto Socorro Psiquiátrico que é o local onde devem ficar internados por curto espaço de tempo, in-

Curitiba, quinta, em 25.04.91

ternados em observação alguns pacientes psiquiátricos, não tem dinheiro para comprar comida para esses pacientes, por isso não estão sendo internados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, aí nós estamos constantando a situação deixada a economia do Estado do Paraná, e quando nós, já no início dessa Legislatura, pedimos uma CPI na área de saúde para verificar desvios naquele setor, até agora ela não foi constituída porque a Bancada do PMDB não apresenta os nomes de quem vai fazer parte nessa Comissão. Dinheiro tinha e houve para desviar mais de um bilhão de cruzeiros, mas não tem dinheiro para cumprir o acordo coletivo, não tem dinheiro para a conta telefônica e não tem dinheiro para comprar comida.

Alegam, a Bancada do PMDB, de que Requião, o nosso Governador pede alguns dias mais. Acho que alguns dias a mais é possível pedir, - mas não é permitido se mentir dizendo que o Estado tem dinheiro quando todos sabem que não tem.

Concedo aparte ao Deputado Lourenço Fregonese.

O Sr. Lourenço Fregonese - Eu só gostaria de ilustrar o pronunciamento do nobre Deputado Rosinha e dizer que o Porto de Paranaguá deve ao município mais de setecentos milhões de cruzeiros, porto esse do Governo do PMDB, que eu desafio a qualquer um dos Deputados do PMDB que contestem e digam que estou mentindo quando digo que o Porto de Paranaguá não recebe o que é seu de direito que é o ISS que deveria ser pago pela autarquia ao município, é mais uma mentira do Governo Álvaro Dias e que eu espero que o Governador Requião tenha a nobreza de pagar ao povo de Paranaguá o que lhe deve.

Muito obrigado!

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e acho que todas as intervenções nossas no final do Governo Álvaro Dias eram para constatar que o ex-Governador usou da mentira para passar uma realidade que não existia, a da falência do Estado do Paraná. Sabemos que essa falência deve ser assumida pelo atual Governador porque senão as coisas vão acabar se complicando, fazendo um discurso o de que não há falência quando na prática está constatada a própria falência de todo sistema do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Horário das Lideranças.

PSD, PMDB, PDT. Todos declinam.

PRN.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou recebendo uma série de ofícios, entre eles eu destaco e inclusive faço um requerimento nesta tarde, para enviar ao ilustre Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Moacir Favetti, pedindo a ele e ao Governador Roberto Requião, para que seja criada uma companhia de policiamento militar entre Ubiratã e Cascavel.

O Prefeito Municipal de Ubiratã, me faz um esclarecimento, Senhores Parlamentares, que eu acho de fundamental importância o que ele diz:

"Deputado, gostaríamos de sugerir, com relação à cidade de Ubiratã e região, que se aumente o efetivo policial", porque eu estou fazendo uma série de ofícios a todos os Prefeitos perguntando das necessidades que passam esses municípios.

Então depois desse trabalho que eu terminar, de todos os municípios do Paraná, envio ao Secretário de Segurança para que medidas sejam tomadas através um pedido da nossa Comissão de Segurança Pública da Assembléia Legislativa, que eu acredito que todas as comissões agora estão sendo respeitadas nesta Casa. Tanto a Comissão de Finanças, Constituição e Justiça, de Educação, de Saúde, na outra gestão não apareciam, hoje sim a Assembléia Legislativa ela já está alcançando o lugar que lhe é de respeito.

Diz o Prefeito Waldir: Ubiratã localiza-se às margens da BR-369 entre Campo Mourão e Cascavel, a apenas 12 km do Rio Piquiri. Cremos ser do seu conhecimento a onda de assaltos a ônibus, em especial de turismo, que tem ocorrido na rodovia em questão, bem próximo ao nosso município.

Com a existência de uma companhia da Polícia Militar e de um maior efetivo policial, nós poderíamos diminuir sensivelmente esse tipo de ocorrência.

Vejam bem Senhores Deputados, o mês passado, quando eu entrava no ar, eu já recebia um telefonema de Cascavel "atenção Paraná foi assaltado um ônibus da Viação Garcia, no outro dia o ônibus do Expresso Maringá, no outro dia um ônibus que vinha do Rio para conhecer Foz do Iguaçu", todos os dias um assalto a ônibus. Será meu Deus que não existe possibilidade da polícia descobrir quem é o mentor desses assaltos. Porque é incrível, acontece sempre na chegada de Ubiratã, como diz o Prefeito daquela cidade, Waldir Dalécio, sempre naquela região, Deputado Dirceu, sempre naquela região, quando chega ali tem uma árvore caída na estrada, o ônibus pára, cercam o ônibus, quebram os vidros, todo mundo entra maquinado dentro do ônibus. No último ônibus, não quiseram até relatar, deixaram Senhoras seminuas, obrigaram as Senhoras a tirar o soutien, as suas peças

íntimas, barbarizaram não chegaram ao extremo da violência sexual, do estupro, mas eles barbarizam, depois saem dali do ônibus, entram num carreador próximo a entrada de Ubiratã e desaparecem como se um disco voador chegasse ali e sugasse os marginais e os marginais desaparecem, e a polícia não consegue, porque a polícia tem apenas uma viatura para realizar este trabalho.

Então eu até concordo, quando eu vejo na televisão a Bandeira do Paraná cair, ontem eu vi. Se nós não incentivarmos o Paraná na arrecadação de impostos, se nós não fizermos que venha o dinheiro para o Governo, seja ele do PMDB, do PRN, PFL, qualquer que fosse o Governo que estivesse no Palácio, do PDT, se não vier dinheiro não existe Senhores, nenhum Secretário do mundo que possa fazer um projeto de segurança. Se não tiver, eu falo com os Deputados aqui, que estão aqui e que já foram Prefeitos, se o Prefeito não tiver um caixa, não tiver dinheiro, como o Prefeito Moura de Rolândia que assumiu agora, se ele não tivesse um caixa para reconstruir Rolândia, ele não teria condições; nenhum Prefeito, nenhum Secretário, nenhum Governador tem condições de fazer alguma coisa se não tiver projetos e para fazer esses projetos tem que haver dinheiro.

Então, estou fazendo um requerimento passando ao Secretário da Segurança a necessidade de se construir uma companhia da Polícia Militar naquela microrregião. Não que fique lá em Cascavel, isolada, não. Temos que ter uma Polícia Militar em Cascavel e Maringá, no centro, para dar guarida às empresas de ônibus que são assaltadas, não só as do Paraná, mas de toda a Nação brasileira.

Um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado.

Quero, neste momento, ser solidário a Vossa Excelência, uma vez que nós estamos acompanhando esse episódio no Paraná e que se arrasta durante um tempo e que deixa, inclusive, uma dificuldade muito grande no setor policial do Estado, quando este fato já deveria ser eliminado. Sabemos os prejuízos que causam às pessoas de outros Estados brasileiros que não conhecem as riquezas da nossa região de Foz do Iguaçu, onde é atração de turismo, não só do Brasil, mas do mundo inteiro, e isto traz um prejuízo de divisas, de recursos de outros Estados em investimentos não só que poderia talvez ser analisado no Paraguai, mas nós também temos que reconhecer que essas divisas são deixadas em Foz do Iguaçu, nos restaurantes, nos hotéis.

Parabenizo Vossa Excelência por este movimento. Parabenizo os Prefeitos e quero

dizer que isto aí, se tivermos uma ação efetiva da Polícia Militar e até a participação da Polícia Federal, haveremos de eliminar esses casos. Eu cito um exemplo de que vivemos durante um tempo na região de Cianorte, uma região de tortura, uma região de que houve uma intranquilidade a uma população, quando houve vários seqüestros no município de Cianorte. E se arrolou durante um tempo, responsabilizando empesários, suspeitando de todos, que às vezes poderiam ser os responsáveis, até os mandantes. Mas, graças à ação e até quero oferecer como sugestão a Vossa Excelência, foi designado pela Polícia Militar do Paraná o Tenente Lima, Comandante da Polícia Rodoviária na região de Paranaíba, designado pelo Governador Álvaro Dias, e que conseguiu elucidar os fatos dos seqüestros de Cianorte, e eu gostaria, que Vossa Excelência registrasse este nome que é um exemplo de policial no Paraná, fez um trabalho a pente fino e conseguiu resolver esses problemas e eu tenho certeza que Vossa Excelência como Presidente da Comissão de Segurança poderá nos ajudar e a nossa bancada, do PMDB, quero crer junto com o Governo do Estado e a Secretaria de Segurança dará todo o apoio.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Bem, senhores, só para encerrar, a preocupação é muito grande na região Oeste do Paraná. Os ônibus saem de São Paulo, do Rio, passam por Maringá, terra do Deputado João Preis e se dirigem a Cascavel.

Os assaltos não acontecem na minha cidade. Londrina, Rolândia, na nossa região, Deputado Moura, mas acontecem naquela região oestina, e sempre à noite, horário marcado é sempre depois da zero hora.

O último assalto agora foi tipo de cinema: entraram, dominaram todo mundo, deitaram, rolaram, roubaram, acabaram todo mundo, não mataram ninguém, mas deixaram todo mundo numa situação vergonhosa e levaram as jóias, dólares que os turistas iriam deixar em Foz do Iguaçu, essas divisas para o Estado do Paraná, e também iriam gastar no Paraguai, e até acredito que se deixassem cinco cruzeiros para nós na ponte, para o Governo, ganharíamos mais dinheiro.

Eu tenho um projeto que vai ser bastante polêmico a respeito disso, mas vamos dar entrada nesta Casa.

Mas, o que me traz aqui, é a preocupação dos vários prefeitos daquela região que clamam por policiamento, que clamam por uma Companhia da Polícia Militar. E outro município que também nos pede, que é o Município de Pranchita, para o qual enviei uma correspondência ao Sr. Prefeito perguntando a ele das necessidades por que

Curitiba, quinta, em 25.04.91

passa a Polícia do seu Município, e ele me dizia, entre inúmeras correspondências, que estou recebendo do Estado do Paraná, que a Delegacia de Polícia de Pranchita não tem viatura policial há um ano, e quem atende as ocorrências na Delegacia de Polícia são veículos da própria Prefeitura.

Então, é isso que estamos fazendo, é isso que esta Casa deve fazer. Eu não venho aqui tecer críticas, gritar, dizer que esse não presta. Não. O importante é fazermos um levantamento, vamos saber como é que estão as Delegacias de Polícia do Estado do Paraná, vamos ver o que precisa Londrina, o que precisa Rolândia, o que precisa Astorga, o que precisa Maringá, o que precisam todos os Municípios do Paraná e, através desse trabalho que estamos realizando, vamos encaminhar ao Secretário da Segurança Pública para que ele possa solucionar senão tudo, mas pelo menos uma parcela dos problemas de segurança dos Municípios do Paraná.

Eu gostaria do apoio dos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - PL com a palavra.

(Declina)

PSDB com a palavra.

(Declina)

PTB com a palavra.

(Declina)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com as presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em n° 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em n° de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passamos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 82/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese e Outros, que altera a alínea "a", do artigo 19 da Lei n° 4.766, de 16 de novembro de 1963. (Funcionários -

IPÊ). Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., e C.F., com emenda da Comissão de Finanças. Aprovado o projeto, artigo por artigo. Emenda. Aprovada.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra o Deputado Doutor Rosinha, citando o artigo a que está sendo infringido o Regimento.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Não há infração a artigo. É uma questão bastante simples. Durante essa semana, foi aprovada uma Comissão interparlamentar para discutir a questão da greve dos servidores da educação e essa comissão, o nobre Presidente Anibal Khury, me designou coordenador dela. Por dois dias consecutivos tenho feito gestões junto à Casa Civil, no sentido de marcar uma audiência com o Sr. Governador. Não estou obtendo. Ontem, o Presidente desta Casa, o Deputado Anibal Khury colocou a Mesa Executiva da Casa à disposição da comissão, para que ela marque esta audiência.

Em função de que nós estamos entendendo que o chefe da Casa Civil, tem desrespeitado essa Assembléia Legislativa ao não marcar audiência e nem mesmo, marcar audiência consigo, para que a gente possa agendar com o Governador, eu encaro isso como um desrespeito à Assembléia Legislativa e como coordenador designado pelo Senhor Presidente, aceito a proposta do Sr. Presidente de que a Mesa Executiva proceda, marcando audiência para que esta Comissão possa estar com o Sr. Governador.

Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa vai tomar as providências necessárias, marcar essa audiência. Sobre a mesa, requerimento de nº 912, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Valdir Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 913, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Senhores Deputados Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Valdir Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 911, 910, 909, 908, 907, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 914, de autoria dos Senhores Deputados Toti Colaço, Dalton Ma-

chuca, Valdir Rossoni e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 902, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 900, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 899, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 893, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 892, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 891, 890, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 894, 895, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 903, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 901, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 883, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 10/91.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 82/91.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.^{os} 79/91, 86/91, 109/91, 117/91 e 126/91.

Levanta-se a sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N° 046/91

conceder, a MARIA MADALENA DA SILVA LOPES, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 18 de março de 1991.

(Protoc. n° 2479, de 22.03.91)

PORTARIA N° 047/91

conceder, a MARIA MADALENA DA SILVA LOPES, funcionária contratada deste Poder Legislativo, sessenta (60) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 08 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 2868, de 05.04.91)

PORTARIA N° 048/91

conceder, a JOSANE MARIA CARRADONE, funcionária contratada deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 03 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 3111, de 10.04.91)

PORTARIA N° 049/91

conceder, a VERA LÚCIA DOS SANTOS, funcionária contratada deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 08 de março do corrente ano.

(Protoc. n° 1800, de 07.03.91)

PORTARIA N° 050/91

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula n° 0076, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 3° quinquênio compreendido entre 06 de dezembro de 1981 e 06 de dezembro de 1985, antecipado em razão da incorporação do 1° decênio.

(Protoc. n° 6218, de 03.07.89)

PORTARIA N° 051/91

1°) mandar contar, para todos os efeitos

legais, nos termos do Art. 37, das Disposições Transitórias, da nova Constituição Estadual, combinado com o Art. 150, da Lei n° 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2°, da Lei n° 6742, de 02 de dezembro de 1975, em favor de MARCO ANTÔNIO MARCONCIN, matrícula n° 146, ocupante do cargo de Consultor Legislativo "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondentes ao dobro das férias de 1968 e 1969, que deixou de gozar; e,

2°) mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da citada Lei n° 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o 2° quinquênio compreendido entre 08 de julho de 1985 e 08 de maio de 1989, antecipado em razão da incorporação do 1° quinquênio e das férias de 1986, 1987 e 1988, contadas em dobro.

(Protoc. n° 423, de 15.01.91)

PORTARIA N° 052/91

antecipar, para a partir de 1° de maio do corrente ano, as férias concedidas pela Portaria n° 140/90, a funcionária EUZA ARAÚJO RIBEIRO, matrícula n° 0022, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. n° 3442, de 18.04.91)

PORTARIA N° 053/91

conceder, a EUCI MARIA BUSNARDO WOISKI, funcionária contratada deste Poder Legislativo, trinta (30) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 12 de abril do corrente ano.

(Protoc. n° 3314, de 16.04.91)

PORTARIA N° 054/91

mandar ratificar, nos seus assentos funcionais o nome de REGINA TRINKEL ARAÚJO, matrícula n° 185, ocupante do cargo de Taquígrafo "B"-TQ-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para REGINA TRINKEL, de acordo com a Certidão de Averbação de Separação Judicial, extraída dos autos n° 228/90, do Juízo da Comarca de São José dos Pinhais, neste Estado.

(Protoc. n° 2499, de 25.03.91)

PORTARIA N° 055/91

antecipar, para a partir de 1° de maio do corrente ano, as férias concedidas ao funcionário PAULO GREIFO COUTINHO, matrícula n° 004, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, pela Portaria n° 140/90.

(Protoc. n° 2844, de 04.04.91)
Gabinete da Diretoria Geral, em 24.04.91.

PORTARIA N° 057/91

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 35, § 2° da Constituição do Estado do Paraná, em favor de ANTÔNIO ARLINDO PEREIRA NETO, matrícula n° 055, ocupante do cargo de Segurança, NB-i, do Quadro de Pessoal da Secretaria

desta Assembléia, o tempo de vinte e seis (26) anos, um (01) mês e quatro (04) dias, período compreendido entre 27 de março de 1967 e 31 de agosto de 1990, em que prestou serviços à Polícia Militar do Estado do Paraná.

(Protoc. n° 2484, de 22.03.91)
Gabinete da Diretoria Geral, em 25.04.91.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral